

**Relatório da Administração**

**1. Apresentação**

**1.1 Agência de Fomento do Estado de São Paulo - AFESP**

Criada pela Lei Estadual 10.853/01 e regulamentada pelo Decreto 52.142/07, a Agência de Fomento do Estado de São Paulo - AFESP foi concebida como um instrumento institucional de apoio à execução de políticas ativas de desenvolvimento econômico para o Estado de São Paulo.

Parte integrante da Administração indireta do Estado de São Paulo, que detém o controle acionário com 99,99% das ações, iniciou suas atividades em 11 de março de 2009 com capital autorizado pelo Governo do Estado de R\$ 1 bilhão, dos quais R\$ 400 milhões já estão integralizados, é vinculada à Secretaria da Fazenda e atua de forma integrada com as entidades do governo estadual, constituindo-se num mecanismo ágil para definição de prioridades e instrumentos de atuação.

**Missão**  
"Promover o desenvolvimento sustentável do Estado, mediante o financiamento de projetos produtivos, buscando a ampliação e racionalização das políticas financeiras e de fomento".

**2. Estratégia de Atuação**

A estratégia operacional da AFESP prevê a racionalização e a ampliação do alcance das políticas financeiras de fomento do Estado, com focos específicos, permitindo direcionar os financiamentos para áreas prioritárias que considerem os objetivos estratégicos de desenvolvimento estadual.

Como a AFESP não possui rede de agências, celebrou parcerias com órgãos de classe e entidades representativas, como o SEBRAE, ABIMAQ, FIESP, FECOMERCIO, FAESP, ACSP, FACEP, ABRIESP, SIMPI, SINDIPEÇAS, ASSOCIAÇÃO LIMEIRENSE DE JÓIAS, SINDIFRANCA, APAS, ASPACER, SINBI, SINTELMARK, SINDICALCADOS JAU, ACERVIR, CECOMPI, SIMM, FIPASE e AJORESP, entre outros.

O objetivo desses acordos operacionais é disponibilizar, por meio dos parceiros, todas as orientações necessárias para a viabilização das linhas de crédito disponíveis e facilitar o acesso aos financiamentos para as pequenas e médias empresas.

**3. Panorama de Mercado**

**3.1 Análise econômica**

Em 2009, a economia brasileira, assim como a do resto do mundo, foi afetada drasticamente pela crise financeira internacional, que teve origem no quarto trimestre de 2008. Porém, ao longo do ano, sua recuperação mostrou-se vigorosa, se comparada com os demais países.

A crise impôs uma forte restrição sobre o canal de crédito utilizado pelos bancos e afetou negativamente a confiança de consumidores e empresários. Estes efeitos, combinados com a retração da demanda externa, resultou em forte queda da produção industrial, pelo lado da oferta de bens, e dos investimentos, sob a ótica da demanda. A consequência disso foi a elevação da taxa de desemprego e desaceleração no crescimento da massa de salários reais.

Nesse contexto, os órgãos governamentais adotaram um conjunto de políticas e medidas fiscais, que contribuíram de forma decisiva para a recuperação da atividade econômica.

Em sintonia, o Governo do Estado de São Paulo deslançou um importante pacote de investimentos públicos e de incentivos aos investimentos privados, dentro deles, a inauguração da Agência de Fomento do Estado de São Paulo, com o objetivo de contribuir e impulsionar o desenvolvimento econômico e social do Estado.

**3.2 Público Alvo**

O público alvo da AFESP abrange aproximadamente 36 mil pequenas e médias empresas, dos setores da indústria, de agronegócios, comércio e serviços, que têm entre 30 a 499 funcionários e faturamento anual entre R\$ 240 mil a R\$ 100 milhões.

As Prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público que podem ser atendidos pela Agência.

**4. Desempenho Operacional**

**4.1 Desempenho nos Negócios**

Ao iniciar suas operações, a AFESP lançou o Programa de Crédito Produtivo (PCP), cujo objetivo é apoiar a competitividade das empresas paulistas por meio do financiamento ao capital de giro e ao investimento, de forma a expandir a geração dos empregos e da renda. O programa é direcionado às empresas dos setores industriais, do comércio, do agronegócio e dos serviços e oferece condições diferenciadas em relação ao mercado.

As parcerias com entidades de classes e empresas possibilitaram à AFESP atingir todo o território paulista e agilizar o processo de concessões de crédito. Em 2009, 72,5% dos limites de crédito disponibilizados às empresas foram efetivados por meio dos parceiros.

Além dos recursos próprios já integralizados, a AFESP tem aprovado junto ao BNDES um limite de R\$ 204,1 milhões, já com pleito de expansão dessa disponibilidade. Até 30/12/2009, o BNDES havia aprovado R\$ 48,5 milhões referentes a 93 operações.

Com 10 meses de existência, a AFESP contabiliza, em 31/12/2009, R\$ 171,8 milhões em limites de créditos aprovados, atendendo 119 empresas paulistas de diversos setores. O desembolso realizado em 2009 com recursos próprios totalizam R\$ 28,7 milhões.

**5. Desempenho Financeiro**

**5.1 Análise dos Resultados**

A AFESP encerrou o seu primeiro exercício com um lucro líquido de R\$ 7,2 milhões. Durante o ano de 2009, foram integralizados R\$ 400 milhões ao capital da AFESP.

A receita total do exercício, no valor de R\$ 25.527.075,45, é resultante das seguintes operações:

1. Operações com títulos e valores mobiliários: receita de R\$ 24.841.955,64, provenientes de aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e cotas de fundos de renda fixa;
2. Operações de crédito: receita de R\$ 600.366,82, através das linhas: Especial Parcelada – LEP e Especial de Giro – LEG;
3. Receitas de tarifas relativas às concessões das operações de crédito: R\$ 84.752,99.

A despesa total do exercício foi de R\$ 18.326.634,24, tendo como principais:

1. Despesas de Pessoal: R\$ 10.727.893,67;
2. Constituição de provisões para o Imposto de Renda e Contribuição Social: R\$ 4.141.768,03;
3. Outras despesas administrativas, sendo que os principais gastos foram com processamento de dados, publicações, consultorias, manutenção, vigilância e limpeza: R\$ 1.907.727,12;
4. Provisão para R\$ 324.508,27 para pagamento da participação nos lucros aos funcionários da AFESP;
5. Contribuições ao PIS e COFINS e pequenas taxas recolhidas à Receita Federal e Secretaria da Fazenda, no montante de R\$ 1.191.534,73;
6. Provisão para devedores duvidosos: R\$ 33.202,42.

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2009 (Em milhares de reais)**

Ativo	2009	Passivo	2009
<b>Circulante</b>	<b>32.409</b>	<b>Circulante</b>	<b>8.180</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>55</b>	<b>Depósitos</b>	<b>14</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos</b>	<b>9.905</b>	Depósitos vinculados a garantias de operações	14
Carteira própria (Nota 4)	9.905	<b>Outras Obrigações (Nota 7)</b>	<b>8.166</b>
<b>Operações de crédito (Nota 5)</b>	<b>20.922</b>	Cobrança e arrecadação de tributos	15
Empréstimos e títulos descontados	20.954	Obrigações sociais e estatutárias	2.035
(-) Provisão para operações de crédito	(32)	Obrigações fiscais e previdenciárias	4.948
<b>Outros créditos</b>	<b>1.525</b>	Diversos	1.168
Imposto de renda a compensar	879	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>405.490</b>
Contribuição social a compensar	404	Capital social	400.000
Recebimento de títulos a liquidar	220	Ações ordinárias - País	400.000
Adiantamentos	22	Reservas de lucros	5.490
<b>Outros valores e bens</b>	<b>2</b>		
Despesas antecipadas	2		
<b>Não Circulante</b>	<b>381.080</b>		
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos</b>	<b>380.866</b>		
Carteira própria (Nota 4)	380.866		
<b>Operações de crédito (Nota 5)</b>	<b>214</b>		
Empréstimos e títulos descontados	215		
(-) Provisão para operações de crédito	(1)		
<b>Permanente</b>	<b>181</b>		
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>98</b>		
Outras imobilizações de uso	100		
(Depreciações acumuladas)	(2)		
<b>Intangível</b>	<b>83</b>		
Gastos de organização e expansão	84		
(Amortização acumulada)	(1)		
<b>Total do ativo</b>	<b>413.670</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>413.670</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

**Período de 11 de março de 2009 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2009 e 2º semestre de 2009**  
(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados	Total
			Legal	Especiais de lucro		
Integralização inicial de capital em 08/12/2008	-	200.000	-	-	-	200.000
Homologação do Banco Central em 11/02/2009	200.000	(200.000)	-	-	-	-
Aumento de Capital	-	200.000	-	-	-	200.000
Homologação do Banco Central em 05/11/2009	200.000	(200.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	7.200	7.200
Destinações:						
Reservas	-	-	360	5.130	(5.490)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.710)	(1.710)
<b>Saldos em 31/12/2009</b>	<b>400.000</b>	<b>-</b>	<b>360</b>	<b>5.130</b>	<b>-</b>	<b>405.490</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>400.000</b>	<b>-</b>	<b>360</b>	<b>5.130</b>	<b>-</b>	<b>405.490</b>
<b>Saldos em 01/07/2009</b>	<b>200.000</b>	<b>-</b>	<b>207</b>	<b>3.941</b>	<b>-</b>	<b>204.148</b>
Aumento de Capital	-	200.000	-	-	-	200.000
Homologação do Banco Central em 05/11/2009	200.000	(200.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	3.052	3.052
Destinações:						
Reservas	-	-	153	1.189	(1.342)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.710)	(1.710)
<b>Saldos em 31/12/2009</b>	<b>400.000</b>	<b>-</b>	<b>360</b>	<b>5.130</b>	<b>-</b>	<b>405.490</b>
<b>Mutações do Período</b>	<b>200.000</b>	<b>-</b>	<b>153</b>	<b>1.189</b>	<b>-</b>	<b>201.342</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**6. Governança Corporativa**

A AFESP adota as boas práticas de Governança Corporativa para o cumprimento de sua missão institucional e segue os quatro princípios fundamentais da governança corporativa: transparência; equidade; prestação de contas e responsabilidade corporativa.

O Conselho de Administração é o órgão de deliberação colegiada responsável pela orientação estratégica da Agência, e em conjunto com a Diretoria Colegiada, que exerce a administração geral da Agência, assegura o seu funcionamento alinhado aos objetivos traçados.

**7. Responsabilidade Socioambiental**

Com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável, a AFESP atua como instrumento para a melhora da qualidade de vida da população paulista, incentivando ações que propiciem a integração social, canalizando e investindo recursos em empreendimentos que contribuam para a geração de riquezas, oportunidades de emprego, qualificação e diversidade da força de trabalho e o incentivo ao desenvolvimento científico.

**8. Gestão de Pessoas**

Com uma estrutura compacta, flexível e ágil, a AFESP conta com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado, a fim de garantir a excelência no desempenho das atividades. A AFESP encerrou as atividades de 2009 com 54 colaboradores ativos, com a previsão de contratação, no início de janeiro de 2010, de mais 50 novos colaboradores, aprovados no concurso realizado em novembro passado.

**9. Destaques 2009**

**Primeira Operação em Apenas Três Meses**

O ano de 2009 foi marcado por grandes desafios e superações para a AFESP. A infraestrutura operacional e a definição das políticas internas proporcionaram condições para o direcionamento do plano de ação da Agência. Com foco nos negócios, em apenas três meses do início das atividades, a AFESP celebrou a primeira operação de crédito dentro do Programa de Crédito Produtivo (PCP).

**Programa Via SP**

Para promover o desenvolvimento dos municípios paulistas, a AFESP criou o Programa Via SP, que disponibiliza linhas de crédito aos Municípios do Estado, destinadas à execução de obras viárias, serviços e aquisição de máquinas e equipamentos de infraestrutura.

**Linha de Financiamento ao Investimento Paulista - FIP**

Linha de financiamento voltada para projetos de inovação e desenvolvimento tecnológico, de apoio ao meio-ambiente e à eficiência energética, para indústrias, comércio, agroindústrias, prestadoras de serviços e cooperativas de produção paulistas, que precisam investir em adequação ambiental e em inovação e desenvolvimento tecnológico com geração de emprego.

**Indústrias Romi S.A**

A AFESP celebrou convênio de cooperação com a Indústrias Romi S.A, onde pelo acordo, serão repassados R\$ 20 milhões em recursos obtidos através da linha BNDES Finame-Fabricante, para viabilizar o financiamento de máquinas produzidas pela companhia a seus clientes de micro, pequeno e médio porte.

**Corporação Andina de Fomento (CAF)**

Em novembro, a AFESP assinou convênio de cooperação com a Corporação Andina de Fomento (CAF), com sede em Caracas, na Venezuela. Trata-se do primeiro acordo fechado pela instituição com um agente internacional de promoção de investimentos. O objetivo é incentivar especificamente projetos voltados para preservação do meio ambiente e sustentabilidade.

**Demonstração do resultado**  
**Período de 11 de março de 2009 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2009 e 2º semestre de 2009**  
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2009	11/03/09 a 31/12/09
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<b>13.015</b>	<b>25.443</b>
Operações de crédito	600	601
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	12.415	24.842
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<b>(33)</b>	<b>(33)</b>
Provisão para operações de crédito	(33)	(33)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>12.982</b>	<b>25.410</b>
<b>Outras receitas/despesas operacionais</b>	<b>(8.960)</b>	<b>(13.744)</b>
Rendas de tarifas bancárias	84	84
Despesas de pessoal	(6.833)	(10.728)
Outras despesas administrativas	(1.599)	(1.908)
Despesas tributárias	(612)	(1.192)
<b>Resultado operacional</b>	<b>4.022</b>	<b>11.666</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>4.022</b>	<b>11.666</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(645)</b>	<b>(4.141)</b>
Provisão para imposto de renda	(399)	(2.580)
Provisão para contribuição social	(246)	(1.561)
<b>Participações estatutárias no lucro</b>	<b>(325)</b>	<b>(325)</b>
<b>Lucro líquido</b>	<b>3.052</b>	<b>7.200</b>
<b>Juros sobre capital próprio</b>	<b>1.710</b>	<b>1.710</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto**  
**Período de 11 de março de 2009 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2009 e 2º semestre de 2009**  
(Em milhares de Reais)

	2º Semestre de 2009	11/03/09 a 31/12/09
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>3.052</b>	<b>7.200</b>
<b>Lucro líquido do semestre/período</b>	<b>3.052</b>	<b>7.200</b>
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa líquido</b>	<b>36</b>	<b>36</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	33	33
Depreciação e amortização	3	3
<b>Lucro ajustado do semestre/período</b>	<b>3.088</b>	<b>7.236</b>
<b>Variação ativo/passivo circulante</b>	<b>(192.283)</b>	<b>(395.382)</b>
(Aumento)/redução em TVM (Nota 4)	(173.455)	(380.866)
(Aumento)/redução operações de crédito (Nota 5)	(21.059)	(21.169)
(Aumento)/redução outros créditos	(841)	(1.525)
(Aumento)/redução outros valores e bens	4	(2)
Aumento/(redução) depósitos	14	14
Aumento/(redução) outras obrigações (Nota 7)	3.054	8.166
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(189.195)</b>	<b>(388.146)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>(81)</b>	<b>(100)</b>
Aquisição de imobilizado de uso	(81)	(100)
Aplicações no intangível	(84)	(84)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(165)</b>	<b>(184)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>	<b>-</b>	<b>200.000</b>
Aporte inicial de capital (Nota 9)	-	200.000
Aumento de Capital (Nota 9)	200.000	200.000
Provisão de juros sobre o capital próprio (Nota 9)	(1.710)	(1.710)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>198.290</b>	<b>398.290</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.930</b>	<b>9.960</b>
<b>Modificação na posição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.030</b>	<b>-</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.030	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	9.960	9.960
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>8.930</b>	<b>9.960</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**Notas explicativas às demonstrações financeiras Período de 11/03/2009 (início das operações) a 31/12/2009 (Em milhares de Reais)**

**1. Contexto operacional**  
A Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia pública, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.

As operações são regulamentadas pela Resolução nº 2.828, de 30 de março de 2001, de emissão do Conselho Monetário Nacional - CMN. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.

Sua missão é a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo, mediante o financiamento de projetos produtivos, buscando a ampliação e racionalização das políticas financeiras de fomento. Podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:

- i. Fundos governamentais;
- ii. Orçamento estadual;
- iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.

Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas pela Lei 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09 e normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

**3. Principais práticas contábeis**

**a. Receitas e Despesas**

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

**b. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2009, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

Caixa e saldos em bancos - Moeda nacional	55
Títulos e valores mobiliários - Cotas de fundos de investimento	<u>9.905</u>
<b>Total</b>	<b><u>9.960</u></b>

**c. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. A Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001, estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste pelo valor de mercado. Entretanto, conforme o seu art. 1º as Agências de Fomento estão dispensadas desta prática.

**d. Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito**

As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço em razão da fluência dos prazos das operações.

Não serão apropriados os rendimentos e encargos de operações com atraso igual ou superior a 60 dias, sendo apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

A classificação das operações e constituição de provisão das operações de crédito, foram efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2682, do Banco Central do Brasil.

**e. Ativo imobilizado**

Está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso;
- 20% para o intangível

**f. Demais ativos e passivos**

São apresentados pelos seus valores de realização ou liquidação na data do balanço.

**g. Provisão para imposto de renda, contribuição social e contribuições**

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 240 no ano. A contribuição social foi calculada sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação em vigor à alíquota de 15%.

As contribuições ao PIS e COFINS são efetuadas mensalmente pelas alíquotas de 0,65% e 4% respectivamente, tendo como base a receita bruta mensal conforme legislação em vigor.

**h. Contingências**

Não foi verificada a existência de contingências ativas ou passivas, de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade - NPC nº 22, de 03 de outubro de 2005 e a Resolução nº 3535, de 31 de janeiro de 2008, emitida pelo Banco Central do Brasil.

**4. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2009, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

	Faixa de vencimento/título		Vlr. Contábil	Vlr. de Mercado
	Qtde.	Vencimento		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	92.950	07/09/2013	380.866	380.867
Cotas de Fundos de Renda Fixa	1.893.929	-	9.905	9.905
<b>Total</b>			<b><u>390.771</u></b>	<b><u>390.772</u></b>

O valor de mercado foi apurado de acordo com as taxas médias das operações realizadas no mercado secundário de títulos públicos, divulgado pela ANBIMA. Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

As Cotas do Fundo de Renda Fixa são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A. Em 31 de dezembro de 2009 a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**5. Operações de crédito**

Em 31 de dezembro, a carteira de operações de crédito está composta da seguinte forma:

<b>Composição por tipo de operação:</b>	
Empréstimos	17.557
Títulos Descontados	3.612
<b>Total da carteira</b>	<b><u>21.169</u></b>
<b>Composição por faixa de vencimento:</b>	
<b>Parcelas vincendas</b>	<b>21.106</b>
Até 180 dias	14.032
De 181 a 360 dias	6.859
Acima de 360 dias	215
<b>Parcelas vencidas</b>	<b>63</b>
Até 60 dias	63
<b>Total da carteira</b>	<b><u>21.169</u></b>
<b>Composição por tipo de atividade econômica</b>	
<b>Setor privado</b>	
Indústria	18.036
Comércio	84
Outros serviços	3.049
<b>Total da carteira</b>	<b><u>21.169</u></b>
<b>Composição por níveis de risco</b>	

Classificação de risco	31/12/09		Provisão %	Valor da provisão
	Total das operações	% Part.		
AA	15.086	71	0,0	-
A	5.525	26	0,5	28
B	558	3	1,0	5
C	-	-	3,0	-
D	-	-	10,0	-
E	-	-	30,0	-
F	-	-	50,0	-
G	-	-	70,0	-
H	-	-	100,0	-
<b>Total</b>	<b><u>21.169</u></b>	<b><u>100</u></b>		<b><u>33</u></b>

**Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa**

Saldo no início do período	-
Constituição da provisão	33
<b>Saldo no fim do período</b>	<b><u>33</u></b>

Durante o período não ocorreram renegociações, recuperações ou baixa para prejuízo na operações de crédito.

**6. Outros créditos**

	<b>31/12/09</b>
Imposto de Renda a compensar	879
Contribuição Social a compensar	404
Recebimento de Títulos a liquidar	220
Adiantamentos	22
<b>Total</b>	<b><u>1.525</u></b>

**7. Outras obrigações**

	<b>31/12/09</b>
Sociais e Estatutárias	
Dividendos e bonificações a pagar	1.710
Provisão para participação nos lucros	325
<b>Total</b>	<b><u>2.035</u></b>

**Fiscais e previdenciárias**

	<b>31/12/09</b>
Imposto de Renda	2.580
Contribuição Social	1.561
Impostos e contribuições sobre salários	659
Impostos e contribuições a recolher	148
<b>Total</b>	<b><u>4.948</u></b>
<b>Outras obrigações - diversas</b>	
Salários e encargos	1.109
Fornecedores	59
<b>Total</b>	<b><u>1.168</u></b>

**8. Desdobramento das Contas de Resultado**

	<b>31/12/09</b>
<b>Despesas de Pessoal</b>	
Proventos	5.874
Encargos Sociais	2.632
Honorários de Diretores e Conselheiros	1.374
Benefícios	742
Treinamento	106
<b>Total</b>	<b><u>10.728</u></b>
<b>Outras Despesas Administrativas</b>	
Processamentos de Dados	352
Publicações	268
Serviços Técnicos Especializados	228
Demais (Legais e Judiciais, Copa e Cozinha, Limpeza, etc)	174
Promoções e Relações Públicas	161
Serviços de Terceiros	132
Propaganda e Publicidade	121
Material	90
Serviços do Sistema Financeiro	88
Contribuições Filantrópicas	75
Viagem no País	72
Comunicações	62
Transporte	61
Água, Energia e Gás	14
Manutenção e Conservação de Bens	7
Depreciação	2
Amortização	1
<b>Total</b>	<b><u>1.908</u></b>
<b>Despesas Tributárias</b>	
Contribuição ao COFINS	1.021
Contribuição ao PIS/PASEP	166
Outras	5
<b>Total</b>	<b><u>1.192</u></b>

**9. Patrimônio líquido**

**Capital social**

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social de R\$ 400.000 está representado por 400.000.000 ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal. Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 1.000.000.

No período, além do aporte inicial de capital de R\$ 200.000 homologado pelo Banco Central do Brasil em 11/02/2009, foi feito um aumento de capital de R\$ 200.000, em 17/10/2009, homologado pelo Banco Central do Brasil em 05/11/2009.

**Dividendos e Juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustados nos termos da lei societária e, quando há distribuição de juros sobre o capital próprio, a legislação pertinente faculta que sejam imputados aos dividendos obrigatórios, por deliberação da Assembléia Geral de Acionistas.

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente a apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular 2.739 de 19 de fevereiro de 1997. Demonstração do cálculo dos dividendos:

Lucro Líquido	7.200
Reserva Legal	(360)
Base para Juros sobre Capital Próprio	6.840
Juros sobre o capital próprio	1.710

**a. Reservas de lucros**

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

Do saldo remanescente do lucro líquido do período, o montante de R\$ 5.130 foi destinado para Reserva Especial de Lucros cuja destinação será definida no momento oportuno por meio de aprovação em Assembléia Geral.

**10. Imposto de renda e contribuição social**

**Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social**

	<b>31/12/09</b>
Despesa de imposto de renda - Corrente	(2.580)
Despesa de contribuição social - Corrente	(1.561)
<b>Total</b>	<b><u>(4.141)</u></b>

**Reconciliação do imposto de renda e contribuição social**

	<b>31/12/09</b>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	11.666
Participação dos Empregados	(325)
Resultado após a participação dos empregados	11.341
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(4.537)
Efeito das adições cálculo dos tributos	(310)
Provisões	(253)
Contribuições a entidades de classe	(44)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(13)
Efeito das exclusões no cálculo dos tributos	22
Outras exclusões	22
Juros sobre Capital Próprio	684
<b>Total</b>	<b><u>(4.141)</u></b>

No 1º semestre, as despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social totalizaram o valor de R\$ 3.496 contra R\$ 645 no 2º semestre, em decorrência da apropriação em 02/2009 das receitas referente aos títulos depositados no Bacen para o aporte inicial de capital, em 08/12/2008.

**11. Limites operacionais**

O Conselho Monetário Nacional, através do Banco Central do Brasil, divulgou, em 2007, as Resoluções 3.444 e 3.490, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

A Nossa Caixa Desenvolvimento encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente.

Em 31/12/2009, o Patrimônio de Referência (PR) apresenta-se superior em R\$ 320.895 mil ao mínimo exigido, o Índice de Basileia apurado é 805%, enquanto que o mínimo exigido é 11%.

**12. Transações com partes relacionadas**

Durante o período, a instituição não manteve transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

O pessoal-chave da Instituição (Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) recebeu no exercício de 2009 o montante de R\$ 1.661, referentes a benefícios de curto prazo.

**13. Gerenciamento de riscos**

A Nossa Caixa Desenvolvimento possui uma Superintendência de Gestão de Riscos independente, ligada diretamente à Presidência. Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, e a outra responsável pelos controles internos, normas e Compliance.

Os Relatórios de Descrição das Estruturas de Gerenciamento do Risco Operacional e do Risco de Mercado estão disponíveis ao público na sede da instituição.

**Risco de mercado**

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela administração, instituiu diretrizes, metodologias, limites e responsabilidades no âmbito do risco de mercado.

O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia.

Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com o VaR padrão divulgado pelo Banco Central do Brasil.

**Risco de crédito**

O gerenciamento do risco de crédito baseia-se, inicialmente, no acompanhamento da evolução da carteira de crédito da instituição, com a coleta e o armazenamento de dados para projeções e análises futuras, além da revisão da classificação das operações nos níveis de risco e do cálculo do provisionamento para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa, de que trata a Resolução 2.682, de 1999.

O cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido, referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PEPR), é efetuado com base na Circular BACEN nº 3.360, de 2007.

A Nossa Caixa Desenvolvimento segue o cronograma para implementação da estrutura de gerenciamento do risco de crédito, conforme determina a Resolução 3.721, de 30/04/2009.

**Risco operacional**

Após o início das atividades da Nossa Caixa Desenvolvimento, vêm sendo adotadas, continuamente, providências a fim de aperfeiçoar a operacionalização das atividades e minimizar o risco operacional, visando atender a Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, emitida pelo BACEN. Diante disso, paulatinamente têm sido divulgados Manuais de Normas e Procedimentos e acompanha-se, sistematicamente, a divulgação de normativos pelos órgãos reguladores.

No tocante à alocação de capital, no cômputo do Patrimônio de Referência Exigido, o cálculo da Parcela referente ao Risco Operacional (POPR) é feito em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.383, de 2008. Para esse cálculo, a Nossa Caixa Desenvolvimento optou pela metodologia da Abordagem do Indicador Básico.

<b>Diretoria</b>	<b>Contador</b>
<b>Milton Luiz de Melo Santos</b>	<b>Cláudio de Oliveira Torres</b>
<b>Paulo Roberto Penachio</b>	<b>Lucivaldo Pereira Lima - CRC 1SP258038/P-6</b>

**Parecer do conselho fiscal**

Os membros do Conselho Fiscal da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao exercício social de 2009 findo em 31 de dezembro de 2009, e a vista do Parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, opinam que os referidos documentos refletem a situação patrimonial e financeira da Sociedade e estão em condições de serem submetidos ao Conselho de Administração.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2010			
<b>Carlos Henrique Flory - Conselheiro</b>	<b>Humberto Baptistella Filho - Conselheiro</b>	<b>Neide Bertezini - Conselheira</b>	<b>Fabio Gomes Cunha - Conselheiro</b>

**Parecer do conselho de administração**

O Conselho de Administração da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., com base no Parecer dos Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, e nos esclarecimentos prestados pela Diretoria, aprovou as Demonstrações Financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2009.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2010			
<b>Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - Presidente</b>	<b>Mauro Ricardo Machado Costa - Conselheiro</b>	<b>Guilherme Afif Domingos - Conselheiro</b>	<b>Milton Luiz de Melo Santos - Conselheiro</b>
<b>Roberto Brás Matos Macedo - Conselheiro</b>	<b>Francisco Vidal Luna - Conselheiro</b>	<b>Lídia Goldenstein - Conselheira</b>	<b>João de Almeida Sampaio Filho - Conselheiro</b>

**Parecer dos auditores independentes**

Ao Conselho de Administração e acionistas da **Nossa Caixa Desenvolvimento Agência de Fomento do Estão de São Paulo S.A.** São Paulo - SP

Examin